



ATA Nº 2/2022

No dia oito de Abril de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas, no Salão Paroquial de Barcouço, reuniu a Assembleia da Freguesia de Barcouço, para a discussão e deliberação dos assuntos constantes da seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto nº 1 – Período de intervenção do público -----

Ponto nº 2 – Período de antes da ordem do dia -----

Ponto nº 3 – Informação do Presidente da Junta -----

Ponto nº 4 – Análise e aprovação do Regimento da Assembleia de Freguesia -----

Ponto nº 5 – Apreciação e votação das Contas e Relatório de Gestão de 2021 -----

Ponto nº 6 – Informação do período de gestão do período de outubro de 2021 a março de 2022 --

Ponto nº 7 – Apresentação, análise e aprovação do Plano de Atividades para 2022 -----

Ponto nº 8 – Apresentação, análise e aprovação do Orçamento para 2022 -----

Ponto nº 9 – Apresentação, análise e aprovação do Mapa de Pessoal para 2022 -----

Ponto nº 10 – Informação – Lei 69/2021 de 20 de outubro – Exercício do Mandato do Presidente em regime de meio tempo -----

Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia: -----

- Ângelo da Costa Cortesão -----
- Berta Cláudia Neves Couceiro -----
- Daniel Batista Saldanha Henriques -----
- Diana Jorge Marques dos Santos -----
- Diana Mendes Simões -----
- Jorge Dias de Melo -----
- Natividade Maria Neves Lourenço -----
- Rafaela Lopes Caracitas -----
- Rui Filipe Ramos Pechorro -----

Presidiu à reunião o seu presidente, Ângelo da Costa Cortesão, tendo como restantes elementos da mesa, Berta Cláudia Neves Couceiro, como primeira secretária, e Natividade Maria Neves Lourenço, como segunda secretária. -----



Antes de dar início à ordem de trabalhos, tomou a palavra o Presidente da Assembleia para cumprimentar todos os presentes e manifestar que este seria o grupo de trabalho representativo da Freguesia de Barcouço para os próximos quatro anos, e que, apesar das naturais opiniões divergentes, este seria um órgão colaborativo para fazer o melhor em prol da freguesia e da sua população.

Após esta intervenção inicial, foi dado início à ordem de trabalhos:

Ponto nº 1 – Período de intervenção do público -----

Não havendo público presente, passámos ao ponto seguinte. No entanto, falou-se sobre a duração deste período, por norma de 30 minutos e sobre a eventual criação de um outro período no final das reuniões para a colocação de questões sobre assuntos que tivessem sido abordados durante a Assembleia e que o público quisesse ver esclarecidas. Não havendo certezas da legalidade deste segundo período, nada ficou decidido.-----

Ponto nº 2 – Período de antes da ordem do dia -----

O presidente da Assembleia pediu para que neste ponto fossem apenas tratados assuntos que não se enquadrassem na ordem de trabalhos. Pediu a palavra o membro Berta Couceiro, dizendo que a sua forma de participação neste órgão seria a mesma, e não se alteraria por pertencer a uma lista diferente das listas que estavam representadas no executivo. Assim, e como acha que existem pontos que devem ficar claros desde o início, refere que a intervenção do Presidente da Junta de Barcouço, na Assembleia Municipal do passado dia 23.02 não foi, no seu entender, correcta. Informou, e bem, que o impasse na constituição do executivo tinha sido ultrapassado, com o acordo entre todas as forças políticas e referiu que o mesmo não tinha sido cumprido, mas “as ações ficam com quem as pratica”. Posto isto, esclareceu que a 05.12.2021 foi apresentada ao “Juntos”, na pessoa do José Tranco, que o “MM-MI” abdicaria do executivo para o Juntos e ficariam apenas representados na mesa da Assembleia. Apenas a 03.01.2022 o José Tranco informou que aceitaria a proposta, e esta foi apresentada ao Presidente da Junta, João Duarte, em 05.01.2022. Foi a solução apresentada pelo “MM-MI”, foi a solução que viabilizou e foi com isso que se comprometeu.

Interveio o membro Jorge Melo, dizendo que este assunto já não interessava que não valia a pena estar a voltar a falar sobre ele. No entanto, o membro Berta Couceiro, disse que apenas queria deixar esclarecido a forma como o impasse se resolveu. Interveio o membro Jorge Melo, dizendo que uma solução já tinha sido por ele apresentada aos membros da sua lista, cedendo o seu lugar ao José Tranco. Pediu a palavra o membro do executivo José Tranco, confirmando a forma como o processo para a resolução do impasse aconteceu, mas ressaltou que se soubesse que os membros



do MM-MI não votariam favoravelmente, teria viabilizado a composição da mesa do executivo só com os membros do Partido Solcialista. Interveio o Presidente da Junta, dizendo que houve palavras proferidas que desagradaram todas as partes, mas tinha sido encontrada a solução e que é o momento de trabalhar em conjunto para a freguesia, termos uma relação de equipa e encontrar as melhores soluções para os interesses da freguesia. Tomou a palavra o presidente da Assembleia para dar como encerrado o assunto e passar ao próximo ponto.-----

Ponto nº 3 – Informação do Presidente da Junta -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Junta que deu as boas vindas a todos os membros a este novo mandato, desejando que seja um mandato positivo e construtivo, de forma a encontrar soluções para a melhoria da freguesia. Foi apresentada a lista de trabalhos que se anexa a esta ata

Foi solicitado, pelo membro Diana Jorge, esclarecimentos sobre: a parceria/cedência do espaço do salão paroquial, questionando se havia contrapartidas financeiras, à qual o presidente da junta respondeu que o espaço era cedido a título gratuito, com a objetivo de criar dinâmicas na freguesia para toda a população; quanto à iluminação de Natal da Igreja, foi esclarecido que nunca foi feita porque a Fábrica da Igreja não autoriza; sobre o boletim informativo, soube-se que ainda não estava criado; relativamente à cobertura do bar do pavilhão, o assunto já está a ser tratado e compete aos serviços municipais, informando ainda que toda a manutenção estrutural é de responsabilidade do Município, e a limpeza é da responsabilidade do Futebol Clube de Barcouço.

Foi solicitado, pelo membro Ângelo Cortesão, um esclarecimento sobre o apoio à EB1 de Barcouço relativamente ao transporte em visitas de estudo, e se o mesmo não poderia ser feito com o mini-autocarro da junta, tendo sido informado que este apenas tem 27 lugares e que o passeio é anual e engloba todos os alunos da EB1. O mini-autocarro foi adquirido para servir todas as associações da freguesia, sendo da responsabilidade de quem o solicita a contratação de motorista e os custos de combustível. Ultimamente, o autocarro tem servido o Futebol Clube de Barcouço. Solicitou-se informação sobre o conhecimento do projeto das obras no espaço da feira, e como estão a decorrer, ao que foi respondido que o Município tinha introduzido pequenas alterações ao projeto inicial, mas que as obras estavam a decorrer normalmente e que se espera que o prazo de dois meses para a sua execução seja cumprido. O membro Diana Jorge questionou o Presidente da Junta sobre a transferência de competências do Município para a Junta de Freguesia, e este esclareceu que algumas já foram feitas, mas outras ainda estão em fase de negociação tendo como objetivo o melhoramento dos serviços que a Junta pode prestar à população. O membro Ângelo Cortesão perguntou se, devido à situação que decorre na Ucrânia, houve na Junta de Freguesia alguma procura a nível de apoio, pela população estrangeira residente, ao que foi informado que na



freguesia existem apenas duas famílias, uma em Barcouço e outra no Pisão, que estão sinalizadas e a receber o acompanhamento que está ao alcance da Junta. O membro Daniel Henriques perguntou como está a situação do saneamento na Rua do Ribeiro, ao que foi dito que já estava proposto.

Não havendo mais questões, o Presidente da Junta informou que se encontra disponível para prestar qualquer esclarecimento no período entre assembleias e passou-se ao próximo ponto.-----

Ponto nº 4 – Análise e aprovação do Regimento da Assembleia de Freguesia -----

Tomou a palavra o Presidente da Assembleia que informou que no Regimento apenas foram feitas algumas alterações de acordo com o novo acordo ortográfico e quanto à gravação e divulgação das reuniões/atas da Assembleia. Por sugestão do membro Rui Pechorro foi alterada a redação do art.º 25º, onde foi introduzido o ponto 4, referente à gravação áudio das reuniões de Assembleia. Posto a votação, o Regimento foi aprovado por unanimidade e passámos ao ponto seguinte.-----

Ponto nº 5 – Apreciação e votação das Contas e Relatório de Gestão de 2021 -----

Tomou a palavra o Presidente da Junta para explicar o objetivo da aprovação das Contas e Relatório de Gestão, informando ainda que este espelha o ano de ação da Junta de Freguesia.

O membro Berta Couceiro solicitou diversos esclarecimentos os quais foram prontamente respondidos e sugeriu algumas correções a fazer. O membro Daniel Henriques questionou sobre a igualdade dos valores da receita e despesa, e o Presidente da Junta respondeu. Não havendo mais questões dos restantes membros da Assembleia passou-se à votação e o documento foi aprovado por maioria, com uma abstenção e oito votos a favor.-----

Ponto nº 6 – Informação do período de gestão do período de outubro de 2021 a março de 2022

O Presidente da Junta informou que durante este período apenas foram pagas as despesas correntes, as despesas com pessoal e os compromissos assumidos.

O membro Berta Couceiro perguntou relativamente ao montante dos subsídios que foram atribuídos, uma vez que não faziam parte das despesas correntes, nem de compromissos anteriormente assumidos, ao que o membro do executivo Rosa Baptista respondeu que se tratavam de verbas que tinham sido anteriormente aprovadas e que constavam em ata. Continuando a análise da documentação, verificou-se ser difícil o seu entendimento e, uma vez que os documentos apresentados não são elaborados pelos funcionários da Junta e sim retirados do programa que está ao seu dispor, o Presidente da Assembleia sugeriu que fosse enviado um pedido



à empresa no sentido de criar um índice com os documentos a apresentar e a numeração das páginas. O membro Berta Couceiro disse ainda que queria confrontar o saldo apresentado, conforme se tinha comprometido na última Assembleia, com o saldo na entidade bancária a 31.12 e apesar do Presidente da Junta não o ter, comprometeu-se a enviar a informação por *email*. -----

Ponto nº 7 – Apresentação, análise e aprovação do Plano de Atividades para 2022 -----

Neste ponto, foi proposto fazer a análise por cada domínio. O primeiro é a reabilitação urbana, sobre a qual o Presidente da Assembleia referiu não haver nenhum registo das intervenções a realizar nesta área nem uma clara definição e calendarização das mesmas, para que a população tenha conhecimento das intervenções a efetuar, onde e quando. Informou o Presidente da Junta que, com o pessoal que tem disponível, esta gestão é difícil e a ação da Junta de Freguesia é quase planeada dia a dia consoante as situações/necessidades que surgem. O membro Diana Jorge interveio sugerindo que a planificação poderia servir como responsabilização do trabalho que há para fazer e que, apesar de poder haver imprevistos, continuariam a saber os trabalhos a desenvolver. O secretário da Junta, José Trancho, referiu a título de exemplo que a planificação da manutenção dos caminhos por vezes não é fácil porque é necessário assegurar se os funcionários têm capacidade para a fazer. Relativamente a esta manutenção, o membro Berta Couceiro questionou se já tinham ponderado entregá-la a alguma empresa, ao que o Presidente e o Secretário da Junta responderam que já está em curso, estando a ser feito um estudo, uma vez que está dependente das capacidades financeiras da Junta de Freguesia. O membro Jorge Melo pediu a palavra e informou que a Junta de Freguesia dispõe de maquinaria eficiente para a limpeza de caminhos e valetas, mas necessita de mão de obra qualificada para as poder rentabilizar. O membro Natividade Lourenço sugeriu se não poderia ser dada formação aos funcionários para poderem trabalhar com as máquinas que a Junta dispõe. Relativamente ao plano apresentado o membro Berta Couceiro questionou sobre a possibilidade de especificar por cada aldeia da freguesia o trabalho/obra que se pretende fazer durante este ano, de forma a que a população tivesse conhecimento e reconhecesse o que seria feito. Da forma que o plano está elaborado não se consegue entender o que a Junta se compromete a fazer. O Presidente da Junta respondeu que o plano está dependente da capacidade financeira da Junta de Freguesia e das verbas municipais que esta possa vir a receber. O secretário, José Trancho, alertou que este é um plano anual, mas que já estamos em Maio, pelo que já não há muito tempo para o executar. Perante isto, o membro Jorge Melo interveio dizendo que o MM-MI tem um representante no Executivo e que as sugestões que estão a ser feitas no sentido de especificar as intervenções deveriam ter sido apresentadas



antecipadamente a esse elemento. A isto foi esclarecido que não existe qualquer representante do MM-MI no Executivo e o Presidente da Assembleia esclareceu que estas ideias foram apresentadas ao Executivo da Junta de Freguesia aquando do exercício de direito de oposição a que a Lei obriga, não tendo sido feito qualquer convite para a participação na conclusão da elaboração do plano. Continuando a análise do plano, o membro Natividade Lourenço questionou se as intervenções de limpeza nos lugares da freguesia não podiam ser calendarizadas regularmente, ao que o Presidente respondeu que é difícil, porque depende das condições climatéricas, mas é provável que se consiga. No ponto referente à educação, foi questionado relativamente ao apoio às actividades curriculares, ao Dia da Criança e à manutenção dos espaços exteriores. Relativamente ao desporto, o membro Ângelo Cortesão questionou sobre os Protocolos de utilização do Pavilhão Gimnodesportivo de Barcouço celebrados entre a Câmara Municipal da Mealhada e a Junta de Freguesia de Barcouço, assim como entre esta e o Futebol Clube de Barcouço, solicitando novamente a sua publicação na página eletrónica da Junta de Freguesia. Todos os presentes concordaram que estes documentos deveriam estar publicados na página da Junta de Freguesia. Quanto à rentabilização do Pavilhão, entenda-se em termos de espaço e não em termos financeiros. No domínio de Ambiente e Higiene, questionou-se sobre o assunto dos maus cheiros da ERSUC, sobre as águas das fontes da freguesia e sobre o ponto de recolha de “monos”. Relativamente ao ponto respeitante à saúde, o membro Natividade Lourenço perguntou se não havia possibilidade de pressionar quanto à vinda de mais um médico, ao que ficou acordado que a Junta, em conjunto com o Município, fariam chegar à Administração Regional de Saúde um ofício nesse sentido. Passando ao ponto Mobilidade e Transportes, o Presidente da Junta informou que está a acompanhar a situação e está a tentar perceber qual será a abertura com o novo executivo do Município de Coimbra e com a CIM para a vinda dos SMTUC. Também se falou na questão de acessos/mobilidade no cemitério, ao que o Presidente da Junta informou que todas as receitas obtidas no cemitério são para ser aplicadas em melhorias neste. A nível da organização administrativa o membro Ângelo Cortesão propôs a criação de um ponto de internet que a população pudesse utilizar, ao que o Presidente da Junta respondeu que está a tratar do assunto, e que a funcionária da junta dá apoio sempre que solicitado. Ainda relativamente a este assunto o membro Diana Jorge sugeriu o alargamento do horário de funcionamento da Junta de Freguesia, dado que dispõe de duas funcionárias, podendo estar aberto à hora de almoço e encerrar às 18h. Sobre esta sugestão o Presidente disse que seria uma questão de falar com as funcionárias e ver qual a sua disponibilidade. No ponto referente à protecção civil, o membro Jorge Melo lembrou a situação que se viveu na freguesia com os incêndios em 2017 e falou na extrema importância da criação de pontos de recolha de água quer para a ajuda no combate aos incêndios quer para fazer face aos tempos de seca que cada vez mais se verificam.



Referiu ainda que deveriam ser abertas e limpas as linhas de água existentes, porque a freguesia ainda dispõe de várias e a água está a ser desperdiçada. Terminada a análise do plano foi posto a votação e aprovado por unanimidade.-----

Ponto nº 8 – Apresentação, análise e aprovação do Orçamento para 2022-----

O Presidente referiu que é uma previsão de como se vai repartir de acordo com as capacidades financeiras da Junta. O membro Berta Couceiro interveio dizendo que, quanto ao orçamento é o que temos, pelo que pouco há a referir uma vez que as verbas são idênticas às de anos anteriores. A secretária Rosa Batista disse que no ano anterior o orçamento foi um pouco maior, devido às transferências dos protocolos, mas que, efetivamente, o inicial é igual ao do ano passado. O Presidente da Junta esclareceu que o orçamento base é igual, mas por normas as verbas do município são atribuídas em três fases, duas são as denominadas transferências correntes e uma outra que estava disponível na Assembleia Municipal sob apresentação de uma proposta da Junta de Freguesia. Por norma é com esta que se consegue fazer pequenas obras extra orçamento da Junta, sendo o valor atribuído, normalmente, de 30.000 €. Após estas considerações, o orçamento foi posto a votação e foi aprovado por unanimidade.

Ponto nº 9 – Apresentação, análise e aprovação do Mapa de Pessoal para 2022 -----

Neste ponto não houve qualquer dúvida exposta, pelo que se passou à votação e foi aprovado por unanimidade.-----

Ponto nº 10 – Informação – Lei 69/2021 de 20 de outubro – Exercício do Mandato do Presidente em regime de meio tempo -----

Tomou a palavra o Presidente da Junta para informar, que em cumprimento da Lei, vai exercer o mandato a meio tempo.-----

Por fim, o membro Diana Simões questionou sobre qual o dia que ficará estipulado para estas reuniões, e o Presidente e Assembleia esclareceu o facto de na ordem de trabalhos não existir o ponto “outros assuntos”.-----

Não havendo nada mais a tratar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada esta sessão.-----



Nos termos do nº 3 do artigo 57º da supracitada Lei n.75/2013, de 12 de Setembro eu, Berta Cláudia Neves Couceiro, Primeira Secretária, lavrei a presente ata, a qual foi aprovada por unanimidade. --

O Presidente,

(Ângelo da Costa Cortesão)

1ª Secretária,

(Berta Couceiro)

2ª Secretária,

(Natividade Lourenço)